



# *A reforma protestante como fator de mudança na missionação portuguesa*

# *Protestant reform as a factor for change in Portuguese mission*

*Alessandro Martins Gomes*

Doutorando em Estudos Clássicos: Mundo Antigo na Universidade de Coimbra, Portugal. Mestre em Teologia nas Faculdades EST. Especialista em História Antiga e Medieval pela Faculdade de São Bento do RJ e em em História do Império Português na Universidade Nova de Lisboa, Metodologia do Ensino de História e Geografia e História do Brasil pela Universidade Cândido Mendes. Bacharel em Direito pelo UBM, Teologia nas Faculdades EST e História pela Estácio de Sá. Volta Redonda/RJ, Brasil. E-mail: alessandromartinsgomes@hotmail.com.

## **Resumo:**

Este artigo faz uma interpretação historiográfica sobre a mudança do modelo de missionação após a Reforma Protestante e a criação da Companhia de Jesus, analisando o processo em si, e também o que representou para a Igreja e para a propagação do cristianismo. Num primeiro momento, será analisada a Reforma Protestante, os motivos que levaram Martinho Lutero a protestar contra a Igreja Católica e o que a quebra da unidade da Igreja representou tanto para a própria Igreja quanto para o cristianismo. Num segundo momento, analisaremos a Contrarreforma, os motivos que levaram a Igreja Católica a promover o Concílio de Trento, e porque não foi possível um retorno à unidade dessa instituição. Num terceiro momento, analisaremos a criação da Companhia de Jesus e as estratégias utilizadas para expandir o cristianismo. E num quarto momento, explanaremos que tipo de mudança ocorreu no modelo de missionação após o desencadear de todos esses acontecimentos, partindo da Reforma, seguida pela Contrarreforma e da criação da Companhia de Jesus. Para finalizar a referida pesquisa, concluiremos com um posicionamento em relação a esse processo e a implicação do mesmo para o cristianismo frente à essa mudança no modelo de missionação.

**Palavras-chave:** Cristianismo. Missionação. Reforma Protestante. Contrarreforma. Companhia de Jesus.

## **Abstract:**

This article makes a historiographical interpretation on the change of the model of missionary after the Protestant Reformation and the creation of the Society of Jesus, analyzing the process itself, and also what it represented for the Church and for the propagation of Christianity. In a first moment, the Protestant Reformation will be analyzed, the reasons that led Martin Luther to protest against the Catholic Church and what the breakdown of the unity of the Church represented both for the Church itself and for Christianity. In a second moment, we will analyze the Counter-Reformation, the reasons that led the Catholic Church to promote the Council of Trent, and why it was not possible to return to the unity of this institution. In a third moment, we will analyze the creation of the Society of Jesus and the strategies used to expand Christianity. And in a fourth moment, we will explain what kind of change occurred in the model of mission after the unleashing of all these events, starting with the Reformation, followed by the Counter Reformation and the creation of the Company of Jesus. To conclude this research, we will conclude with a position on this process and the implication of the same for Christianity in face of this change in the model of mission.

**Keywords:** Christianity. Missionation. Protestant Reformation. Counter Reformation. Company of Jesus.

## Considerações iniciais

O presente artigo tem como tema a mudança do modo de missão após a Reforma Protestante e da criação da Companhia de Jesus, com recorte temporal do fim do século XV e início do século XVI até a criação da Companhia de Jesus e recorte espacial a Europa e a participação da Igreja Contrarreformada na formação dos impérios coloniais modernos.

A produção bibliográfica que abordou o problema da Reforma Protestante e a Mudança na Missão Portuguesa é relativamente vasta, com textos indispensáveis como os livros “História do Cristianismo – Guia Ilustrado” dos autores McNair, Atkinson e Linder<sup>1</sup>, que perpassa toda história da gênese da Reforma com a corrupção na Igreja com Philip McNair, o acontecimento da própria Reforma Protestante com James Atkinson e como rapidamente se expandiu; e pela tentativa de retorno à unidade da igreja com A Reforma Católica com Robert Linder. A produção também passou por abordagens bastante enriquecedoras e profundas através de Luiz Felipe Baêta Neves<sup>2</sup> em sua obra “O Combate dos Soldados na Terra dos Papagaios” que disserta com muita propriedade sobre o colonialismo e a repressão cultural durante o período da Companhia de Jesus que permeia um feixe de ideologias passadas no século XVI. Caminhamos também pelas abordagens de João Paulo Oliveira e Costa<sup>3</sup> onde disserta sobre A Diáspora Missionária na obra “História Religiosa de Portugal” de organização de João Francisco Marques e de António Camões Gouveia, obra esta que traça a trajetória religiosa de Portugal cientificamente, e, por isso, sem obedecer a um modelo oficial de religião, mas sim, uma análise antropológica, social e institucional da religião, mais especificamente o segundo volume – Humanismos e Reformas – que é consagrado à história religiosa da época moderna, período este marcado pelo liberalismo, a Reforma e o Concílio de Trento.

Temos como objetivo analisar o processo da mudança na missão portuguesa a partir da Reforma Protestante até a criação da Companhia de Jesus, e também o que esse processo representou para a Igreja e para a propagação do cristianismo.

Justificamos a referida pesquisa pelas controvérsias em torno dos impactos pelos quais a Igreja Católica passou em sua história, mais especificamente nesse processo de ruptura de sua unidade e o surgimento do protestantismo.

## Reforma Protestante do Século XVI

O mundo passou por diversas transformações na passagem da Idade Média para a Idade Moderna, período este que ocorreu entre os séculos XV e XVIII, sendo seu início marcado pela tomada da cidade de Constantinopla em 29 de maio de 1453, embora isso não seja um consenso entre os historiadores em sua totalidade. Na lista de acontecimentos mais importantes nesse período da

<sup>1</sup> Ver MCNAIR, P.; ATKINSON, J.; LINDER, R. D. A Reforma 1500-1650. In: DOWLEY, Tim (Org.), *História do Cristianismo - Guia Ilustrado*. Tradução de Artur Guerra e Cristina Rodriguez. Lisboa: Bertrand, 1995, pp. 348-435.

<sup>2</sup> Ver NEVES, Luiz Felipe Baêta. *O Combate dos Soldados de Cristo na Terra dos Papagaios: colonialismo e repressão cultural*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.

<sup>3</sup> Ver COSTA, João Paulo Oliveira e. A Diáspora Missionária. In: MARQUES, J. F.; GOUVEIA, A. C. (Coord.). *História Religiosa de Portugal*. Vol. 2: Humanismos e reformas. Lisboa: Círculo de Leitores/ Centro de Estudos de História Religiosa, 2000, p. 255 – 313.

história estão as Grandes Navegações, o Renascimento, A Reforma Religiosa, Absolutismo, Iluminismo, entre outros.

Diante desses acontecimentos, ocorreram muitas mudanças ideológicas<sup>4</sup> e práticas no contexto da sociedade, muitas dessas mudanças também contribuíram para que ocorresse a Reforma Protestante. Podemos citar as Grandes Navegações, que tornou possível a descoberta de outra parte do mundo que até então era desconhecida – a descoberta do Novo Mundo, o mundo passou a ser maior em extensão geográfica. Assim, o mundo não se limitava somente à Europa, e com isso, através de descobertas territoriais iniciaram-se as relações entre metrópole e colônia<sup>5</sup>, tais como: Pacto Colonial, Metalismo, Balança Comercial e Monopólios comerciais. A economia também sofreu grandes alterações com a passagem do feudalismo para o capitalismo. O Renascimento<sup>6</sup> também marcou a passagem para a era Moderna. No âmbito religioso também ocorreram transformações, mudando a forma das pessoas olharem para a Igreja, pois durante a Idade Média a Igreja gozava de grande prestígio, poder sobre as pessoas e inclusive sobre o Estado - claro que existiram exceções, como a instituição do Beneplácito Régio<sup>7</sup> em Portugal -, o que veio mudar com a reforma religiosa, haja vista o insustentável autoritarismo da Igreja que não satisfazia os anseios dos fiéis.

---

<sup>4</sup> O homem medieval acreditava na revelação bíblica como fundamento de sua personalidade finita e sentia o mundo como algo de quase divino, que procedia de um princípio, tem uma origem e percorria um caminho previamente determinado por Deus. A partir do século XIV, o sentimento da vida se transforma, fazendo aparecer à exigência de liberdade individual de movimentos, que tinha como resultado um novo modo de olhar o mundo produzido e dirigido para a realidade e essência das coisas, que acentua o desejo do homem de enxergar com os próprios olhos. Saber é sinônimo de transitoriedade, exploração, obra aberta, infinita, e não normatização ou disciplinarização. Saber é poder. O bom homem na Idade Média era aquele que não questionava e era submisso a Deus, aceitava todas essas verdades por ela imposta, se preciso fosse, lutaria e morreria bravamente. Agora, o homem ideal era aquele que questionava, que buscava a qualquer preço a verdade. Através da observação e de experiências, ansiava encontrar respostas para tantas perguntas.

<sup>5</sup> Relações exclusivistas - As colônias eram obrigadas a estabelecerem comércio somente com a metrópole, garantindo à Coroa pagar preços mais baixos pelas mercadorias, podendo obter maiores lucros com as vendas desses produtos. Num contexto maior, podemos falar de mercantilismo – que as concepções de mercantilismo variaram muito em cada região, e que, não era exatamente uma teoria econômica, mas sim um conjunto de normas de política econômica, pressupondo uma grande intervenção do Estado, seja de forma direta assumindo certas atividades econômicas, seja indiretamente criando condições favoráveis para outros grupos alcançassem esses objetivos –, pois o metal precioso e necessário para cunhar moedas implicava na compra de mercadorias, que por sua vez acarretava o lucro gerado por essas vendas, provocando o acúmulo de moedas. Cf. FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1995, P. 55.

<sup>6</sup> O termo Renascimento é comumente aplicado à civilização europeia que se desenvolveu entre 1300 e 1650. Além de reviver a antiga cultura greco-romana, ocorreram nesse período muitos progressos e incontáveis realizações no campo das artes, da literatura e das ciências, que superaram a herança clássica. O ideal do humanismo foi sem dúvida o móvel desse progresso e tornou-se o próprio espírito do Renascimento. Trata-se de uma volta deliberada, que propunha a ressurreição consciente (o renascimento) do passado, considerado agora como fonte de inspiração e modelo de civilização. Num sentido amplo, esse ideal pode ser entendido como a valorização do homem (Humanismo) e da natureza, em oposição ao divino e ao sobrenatural, conceitos que haviam impregnado a cultura da Idade Média. O Renascimento foi uma nova visão de mundo estimulada pela burguesia em ascensão. Suas principais características eram o racionalismo (em oposição à fé), o antropocentrismo (em oposição ao teocentrismo) e o individualismo (em oposição ao coletivismo cristão). O Humanismo foi um movimento intelectual que pregava a pesquisa, a crítica e a observação, em oposição ao princípio da autoridade.

<sup>7</sup> Direito estabelecido em 1361 por D. Pedro I, pelo qual os reis tinham o poder de sancionar as medidas provenientes de Roma antes de poder ter valor jurídico em Portugal. Esta foi uma das medidas que refletem a centralização dos reis portugueses e uma atitude que visava contrariar medidas abusivas contra os seus interesses. Cf. GARCIA, José Manuel. *Dicionário essencial de História de Portugal*. Lisboa: Editora Presença, 2010, p. 54.

Podemos ressaltar o poderio da Igreja Católica até então, com auge principalmente no feudalismo, pois era a grande proprietária de terras e do conhecimento, monopolizava porque tinha sob seu poder as bibliotecas, concentrando em si o binômio saber-poder. A Igreja estava presente em todas as camadas sociais, inclusive no âmbito político, pois os imperadores eram coroados pelos papas. A Igreja tornou-se fonte de enriquecimento por conta dos altos tributos, haja vista que a constituição do clero era na maioria de pessoas ricas.

Durante seu percurso, a Igreja passou por diversas fases, e no período da Idade Média muitos foram os movimentos para transformar e reformar a Igreja, muitos movimentos contra o poder abusivo que exercia sobre a população, pois “nos começos do século XVI, qualquer pessoa de importância na Igreja Ocidental clamava por Reforma”, durante um século “a Europa Ocidental procurava a reforma da Igreja ‘na cabeça e nos membros’ sem a encontrar”, “Toda a gente desejava a Reforma, ou professava desejá-la”<sup>8</sup>. Porém, ainda assim, a Igreja manteve sua unidade por muito tempo, até que ocorreu a Reforma Protestante.

Embora o pensamento da Reforma estivesse bem difundido na Europa, se manifestava de forma muito diversificada, pois, para uns significava que “a maquinaria constitucional do Vaticano era demasiado pesada, que o poder dos cardeais tinha aumentado e devia ser diminuído”, [...] “que a vida de suas congregações era má, julgada pelos ideais da santidade cristã, que os tribunais eclesiásticos e as isenções eclesiásticas eram obstáculos intoleráveis para uma administração eficiente”, [...] “burocracia clerical, a incidência das taxas da Igreja era pesada”, haja vista que quando se falava em Reforma pelos homens da Igreja, “pensavam quase sempre em reforma administrativa, legal ou moral; quase nunca de reforma doutrinal”. Entre esses homens, nunca se pensou que o problema originário do sentimento de reforma partisse da doutrina errônea do papa, mas sim da burocracia e do sistema legal dentro da Igreja<sup>9</sup>, apesar de “toda a gente admitir que a venda de benefícios era deplorável”<sup>10</sup>.

A Reforma Protestante ocorreu em 31 de outubro de 1517, no dia em que Martinho Lutero, professor da Universidade de Wittenberg, na Alemanha, “anunciou uma disputa pública sobre o tema das indulgências”, e “expôs as suas argumentações em 95 teses”. A notícia espalhou-se rapidamente pelas universidades e pelos centros religiosos, e começaram as indagações de “como era possível um monge desconhecido de uma apagada universidade conseguir por toda Europa em alvoroço”<sup>11</sup>. Assim, podemos definir a Reforma Protestante como uma tentativa de retorno aos padrões e preceitos bíblicos constantes no Novo Testamento, e não “um apelo à reforma”, mas “simplesmente a proposta avançada por um professor de uma universidade séria para que fosse discutida a teologia das indulgências à luz dos erros e dos abusos que se tinham vindo a acumular no decurso dos séculos”<sup>12</sup>, culminando com o fim da unidade da Igreja Católica.

<sup>8</sup> CHADWICK, Owen. *A Reforma*. Lisboa: Ulisseia, 1996, p. 11-12.

<sup>9</sup> CHADWICK, 1966, p. 12-13.

<sup>10</sup> CHADWICK, 1966, p. 12-13.

<sup>11</sup> ATKINSON, 1995, p. 366.

<sup>12</sup> ATKINSON, 1995, p. 366.

Contudo, não podemos considerar a Reforma Protestante um simples ato, mas sim um processo, que já havia iniciado muito antes disso. Mas, para se entender esse processo em sua totalidade é necessário retrocedermos um século para se compreender os motivos que provocaram essa ruptura.

Podemos destacar o Renascimento como fator que influenciou essa reforma, pois com ele vieram muitas transformações, novas formas de pensamento com pessoas mais críticas, o conhecimento mais difundido na sociedade, principalmente com a criação da prensa móvel de Gutenberg em 1456.

Outro fator que influenciou a Reforma Protestante foi a corrupção que se espalhou dentro do seio da Igreja Católica, que contaminou por completo o clero nos tempos que antecederam à Reforma. A corrupção foi tamanha que chegou até o papado, com destaque para alguns excessos e exageros: o abuso da posição enquanto Igreja, corrupção moral, venda de cargos eclesiásticos que ocasionavam em grande parte do clero pessoas despreparadas para exercerem tal função, desrespeito ao celibato e condutas imorais por parte do clero e padres dotados de mentes mundanas corrompendo suas posições.

Quando Lutero é enviado para Roma, em 1510, “ficou impressionado pelo que viu na sua visita à cidade santa”, sua revolta foi causada pela venda das indulgências para financiar a construção da basílica de São Pedro em Roma, e afirmou que o Papa não podia perdoar pecados, que as Escrituras estão acima do Papa e a verdade reside somente na Bíblia. O mesmo aconteceu com Erasmo quando também esteve em Roma em 1509, nenhum deles gostou do que viu<sup>13</sup>.

Nesse período, muitos dos valores antigos herdados da Igreja começaram a entrar em conflito com os novos valores e esforços materiais do presente da época da Reforma, e, o dinheiro era, muitas vezes, apontado como a raiz desse mal, “e, contudo, os benefícios eclesiásticos pareciam aos leigos frequentemente um modo de amontoar ouro sobre ouro. E no reino do dinheiro, nas oportunidades de uma boa vida eclesiástica, parecia a muitos observadores que Roma se achava proeminente”. Dessa forma, os críticos diziam que, “tudo na igreja [...] era vendido por dinheiro: perdões, missas, velas, cerimônias, vicariatos, benefícios, bispados, o próprio papado.”<sup>14</sup>. Nesse sentido, buscavam na Reforma um retorno aos modelos e padrões da Igreja do passado, pois os autores dessa época podiam vislumbrar a Igreja primitiva, e “na vida dos santos encontravam o heroísmo e o zelo apostólico”. Comparando com “os homens ordinários ou pior que ordinários em seu redor, olhavam para trás [...]” quando ainda havia “[...] devoção, fervor, religião, padres santos, pureza de coração”. Dessa forma, puderam entender que a Igreja já havia vivido outrora uma idade do ouro, mas, infelizmente “a antiga idade de ouro degenerara imperceptivelmente para a prata, de prata para madeira, de madeira para ferro”, e, assim, concluíram que a diferença entre os homens da Igreja do período da Reforma e os homens da Igreja primitiva era muito grande, cada vez maior<sup>15</sup>.

---

<sup>13</sup> CHADWICK, 1966, p. 19.

<sup>14</sup> CHADWICK, 1966, p. 19.

<sup>15</sup> CHADWICK, 1966, p. 19.

Outro fator importante que impulsionou a Reforma foi a consciência nacional na Europa no período das Grandes Navegações, novas descobertas além-mar, juntamente com movimentos políticos e a rivalidade entre os papas – chegando a haver três simultaneamente, como consequência “da decadência da qualidade de vida cristã”<sup>16</sup>. “A maioria dos abusos não era agora pior do que antes, o que havia de novo era a consciência mais vasta que o homem tinha agora dos defeitos na ordem da Igreja e na possibilidade de remédio [...], pois os abusos agora condenados sempre tinham sido abusos e sempre condenados no tribunal da opinião pública [...]”, afinal, “a Reforma não veio porque a Europa fosse irreligiosa, mas por ser religiosa”<sup>17</sup>.

Podemos citar como um dos precursores da Reforma Desidério Erasmo de Roterdão, que publicou obras criticando a vida monástica e a “velha ignorância”, usando bom senso para “criticar as práticas em voga do cristianismo”, pois foi um período em que “nunca a religião oficial atingira um nível tão baixo e a imagem pública do cristianismo aparecera tão distante como nos primeiros decênios do séc. XVI”<sup>18</sup>.

Tendo por certo que acontecimentos funestos chamam mais atenção do que boas notícias, sabe-se que “os escândalos da Igreja anterior à Reforma” se sobressaíram ante “a devoção religiosa”, haja vista que houve devoção religiosa e piedade cristã, “mas não são estes que fazem a história”<sup>19</sup>.

Pela veracidade dessas teses de Lutero podemos dizer que

É impossível [...] que o protestantismo dure desde 300 anos sem uma grande verdade ou uma parte da verdade. Explicar a revolução luterana pelos desejos de um monge disposto a quebrar os seus votos ou, ao contrário, pelo deboche romano escandalizado e revoltando um jovem religioso e ver nisso apenas o resultado das ambições políticas alemãs ou uma consequência da crise econômica e social que atravessava a Europa na época dos Fugger, de Gutenberg e de Colombo, é de algum modo não vislumbrar de um grande drama senão as aparências, talvez o seu lado anedótico.<sup>20</sup>

Lutero nasceu na Saxônia em 11 de novembro de 1483. Aos catorze anos é enviado para aprender latim numa escola catedrática em Magdeburgo, e em 1501 para a Universidade de Erfurt, tornando-se mestre em artes, passando um período de opressão pelo sentimento do pecado. Mas, após ser recebido no convento dos Agostinhos em Erfurt “no termo de uma grande crise espiritual, encontra paz ao descobrir que a graça é um dom gratuito de Deus”<sup>21</sup>. Em 1511, enquanto obtém os graus em Teologia, torna-se professor na Universidade de Wittenberg, e escreve comentários sobre “perversão do pecado original que impede alcançar a salvação e no resgate gratuito por Jesus Cristo: Deus salva pela sua graça”<sup>22</sup>. Nesse período, Lutero busca abraçar a Deus, e, “lança-se na prática de um ascetismo religioso durante um tempo”<sup>23</sup>. Em 1512, enquanto prepara suas aulas é invadido pela paz e pela luz

<sup>16</sup> MCNAIR, 1995, p. 354.

<sup>17</sup> CHADWICK, 1966, p. 22.

<sup>18</sup> MCNAIR, 1995, p. 365.

<sup>19</sup> MCNAIR, 1995, p. 352.

<sup>20</sup> PIERRAD, Pierre. *História da Igreja Católica*. Tradução de Serafim Ferreira. Lisboa: Planeta Editora, p. 197.

<sup>21</sup> BAUMGARTNER, Mireille. *A Igreja no Ocidente: das origens às reformas do século XVI*. Lisboa: Edições 70, 2015, p. 214.

<sup>22</sup> BAUMGARTNER, 2015, p. 214.

<sup>23</sup> BAUMGARTNER, 2015, p. 197-198.

do Espírito de Deus através de um milagre. Assim, consegue ultrapassar a exegese dos humanistas e começa a questionar-se: “Como é possível um Deus misericordioso e justo ao mesmo tempo?”, e encontra a resposta na epístola aos Romanos: “O homem justifica-se pela fé, independentemente das obras da lei”<sup>24</sup>. Com isso, ele entendeu o conceito de misericórdia, que o homem só pode ser salvo através da graça de Deus, que é alcançada pela fé, e não por obras. Assim, vislumbra-se a origem da Reforma proposta por Lutero.

Lutero afixa então suas 95 teses na porta da igreja do castelo de Wittenberg, e dentre todas a última se destaca: “E a alimentar a confiança de entrar no céu mais por numerosas tribulações do que por uma ilusória segurança de paz”<sup>25</sup>. Sua intenção era discutir a teologia das indulgências, pois já era um escândalo para Igreja, já era algo nocivo à salvação do homem, haja vista que as pessoas no período da Idade Média tinham muito medo do purgatório, bem menos que do inferno, pois se morressem com a bênção sacerdotal já tinham lugar garantido no céu, mas temiam as penitências do purgatório até conseguirem a purificação da alma. Lutero passou a entender que as indulgências não tinham base nas Escrituras, nem na tradição, pois acabavam por encorajar o homem a viver uma vida dissoluta no pecado, pois teria tempo suficiente para se purificar após a morte, pois “Lutero era um homem do povo e lutou para trazer a verdadeira religião aos corações e lares do povo, mostrando-lhes que a religião não era o acto clerical e ritual efectuado na igreja, mas a apropriação de um Evangelho na vida”<sup>26</sup>.

Lutero foi convidado a retratar-se, mas estas tentativas quedaram inertes, pois através desse protesto o movimento ficou conhecido como Protestantismo, “dividindo a Europa cristã em duas e dando origem às Igrejas conhecidas por evangélicas ou protestantes”<sup>27</sup>.

Todo esse percurso de Lutero deu-se pelas suas conclusões através da leitura das Escrituras, pois mesmo obedecendo às regras e às técnicas espirituais da ordem não se sentia próximo de Deus, chegando à conclusão que a vida monástica era somente pautada em disciplina e renúncias, uma teologia especulativa somente, chegando então à seguinte conclusão:

[...] descobriu o erro fundamental de todas as técnicas de procura de Deus. No fundo elas confiam na capacidade do homem de alcançar Deus ou pelo menos de tornar-se de tal forma agradável a Ele que obrigue Deus a aceitá-lo. [...] compreende que o problema não era a maior ou menor distância de Deus em relação ao homem para o alcançar. As coisas eram exactamente o contrário. O homem, criatura e pecador, está longe de Deus. Em Cristo, Deus já percorreu todo o caminho necessário para se encontrar com o homem. Nada havia de novo nisto: tratava-se simplesmente do Evangelho da graça, que fora muitas vezes esquecido.<sup>28</sup>

Assim, concluiu que a salvação só era possível através de Cristo, que o homem pode ter contato direto com Deus, eliminando a necessidade “de recorrer à Virgem como mediadora, ao clero

<sup>24</sup> BAUMGARTNER, 2015, p. 197-198.

<sup>25</sup> ALMEIDA, Dimas de. As 95 teses de Martinho Lutero: Controvérsia em torno da questão das Indulgências. *Cadernos de Ciência das Religiões – Universidade Lusófona*, N. 15, out 2008, p. 38.

<sup>26</sup> CHADWICK, 1966, p. 72.

<sup>27</sup> ATKINSON, 1995, p. 367.

<sup>28</sup> ATKINSON, 1995, p. 370.

por causa do seu sacerdócio e aos santos do céu como intercessores”<sup>29</sup>, e seu legado permaneceu “pelos vales suíços até a Itália, pelo Reno até a França e daí à Espanha, sobre as montanhas meridionais até a Boémia, Hungria e Áustria, através dos mares até a Inglaterra, a Escócia e a Escandinávia, rolavam os ecos do trovão luterano”, pois “as revoltas bem sucedidas geram outras revoltas”<sup>30</sup>.

Os principais reformadores foram Martinho Lutero (1483 – 1546) na Alemanha, Huldreich Zwínglio (1484 – 1531) e João Calvino (1509 – 1564) na Suíça. Os princípios que nortearam a Reforma foram: a supremacia das Escrituras sobre a tradição, sobre o qual os reformadores diziam que Deus fala ao homem através das Escrituras na palavra revelada, aos profetas e apóstolos através de uma revelação pessoal e a cada um de forma específica conforme as suas próprias necessidades. A Igreja Católica aceitava as Escrituras, mas na prática a tradição estava acima dela, através das bulas papais e decretos dos concílios como guias infalíveis. As pessoas quase não liam a Bíblia e não sabiam interpretá-la, contentavam-se em receber algumas afirmações sobre Deus. Os reformadores rejeitaram tudo que não havia sido instituído por Cristo como

[...] a autoridade do papa, o mérito das boas obras, as indulgências, a mediação da Virgem Maria e dos santos, a transubstanciação, a existência do purgatório, as orações pelos defuntos, a confissão provada dos pecados a um sacerdote, o celibato do clero, o uso do latim nos serviços religiosos [...] e os acessórios ligados à essas ideias como a água benta, os santuários, as missas [...], os latares, os rosários, as imagens e as estátuas milagrosas, os relicários, as velas).<sup>31</sup>

A supremacia da fé sobre as obras, também chamada de “princípio da justificação apenas pela fé”<sup>32</sup>, é o princípio em que os reformadores defendem que o homem só pode ser justificado graças à ação de Deus, através da morte e ressurreição de Cristo, podendo viver uma nova vida em Cristo. A obra que salva é a obra de Cristo e não as obras dos homens, claro que não negam que as boas ações são consequências de um homem nascido de novo.

E temos ainda o sacerdócio dos crentes sobre o sacerdócio exclusivo da Igreja, que, conforme os reformadores, Deus tem uma missão a cada homem, para que viva uma vida em Cristo, combatendo a ideia “de que a autoridade era um privilégio exclusivo da hierarquia sacerdotal”<sup>33</sup>.

Todo esse movimento deixou a Igreja Católica em alerta e temerosa, fazendo com que promovesse dentro dela uma reforma, que se organizou para conter o protestantismo e levar o catolicismo à frente.

### **Contra-Reforma ou Reforma Católica (Concílio de Trento)**

É comum ouvirmos que Lutero foi o principal personagem que ocasionou as reformas religiosas, mas, na realidade, as causas dessa reforma estavam dentro da própria Igreja Católica, nos

<sup>29</sup> ATKINSON, 1995, p. 370.

<sup>30</sup> CHADWICK, 1966, p. 74.

<sup>31</sup> ATKINSON, 1995, p. 372.

<sup>32</sup> ATKINSON, 1995, p. 372.

<sup>33</sup> ATKINSON, 1995, p. 373.

maus hábitos que a Igreja foi se apropriando no decorrer do tempo, abusos que foram se acumulando na história da Igreja. Destacamos também as transformações ocorridas na sociedade como consequência do pensamento renascentista.

A Reforma foi um marco na história da Igreja com o fim da sua unidade, mas sua identidade já estava maculada desde o final da Idade Média, pois as preocupações com bens materiais há tempo já havia roubado o foco da Igreja, com isso, era grande o desrespeito das regras religiosas, muitos padres despreparados e o povo cada vez mais necessitado de auxílio de ordem espiritual.

Havia uma contradição no seio da Igreja. De um lado, o Papa angariava dinheiro para a construção da basílica em Roma através da venda das indulgências, e, por outro lado, condenava as práticas do capitalismo que emergia com o lucro e juros no seio da burguesia. Martinho Lutero contesta então os dogmas da Igreja e escreve suas críticas através de suas 95 teses. Por diversas vezes foi convocado a desmenti-las, mas continuou defendendo a necessidade da Reforma da Igreja.

Nesse período, o Papa era Leão X, um papa tipicamente renascentista: “elegante, mundano, sofisticado, inteligente, devorado por ambições familiares, mais administrador do que ‘servo dos servos de Deus’”<sup>34</sup>. Seus objetivos, como a maioria dos religiosos do período, não eram espirituais, mas sim materiais, pois entre eles estava incrementar a fortuna da sua família: Médicis de Florença. Sua falta de tempo para as coisas espirituais eram justificadas pela quantidade de burocracias que exercia no comando da Igreja. Suas preocupações estavam tão longe do verdadeiro foco da Igreja que a mesmo não teve real entendimento da gravidade da situação das declarações de Lutero, não se dando conta da inquietação que estas declarações estavam causando no meio dos fiéis, pois o mesmo não tinha autoridade espiritual para enfrentar o desafio luterano ou tentar alguma outra solução. Foi Erasmo que chegou à temida conclusão do desfecho irreparável que as declarações de Lutero causaram e ainda iria causar no seio da Igreja Católica.

Dentro da Igreja, muitas pessoas enxergaram a verdade nas declarações de Lutero, mas não abandonaram a Igreja, tentaram promover uma mudança interna reformando a Igreja de Roma, dando início ao movimento chamado de Contra-Reforma, com o objetivo de corrigir os erros internos da Igreja e restaurar seu objetivo maior, movimento este que sugeria “uma luta contra o protestantismo”, através de “uma liga de potências católicas dispostas a realizar uma cruzada contra os novos estados protestantes”<sup>35, 36</sup>.

No mesmo ano que Lutero protestou contra os erros da Igreja Católica, surgiu em Roma o Oratório do Divino Amor, uma sociedade de cinquenta membros entre eclesiásticos e leigos, que se reuniam e meditavam sobre a necessidade de reforma da Igreja, sendo sua maior contribuição a reforma do próprio papado. Os papas que mais contribuíram para a reforma da Igreja Católica foram

---

<sup>34</sup> LINDER, 1995, p. 410.

<sup>35</sup> CHADWICK, 1966, p. 247.

<sup>36</sup> CHADWICK, 1966, p. 247.

Clemente VII (1523 – 1534), Paulo III (1534 – 1549) e Paulo VI (1555 – 1559), todos tiveram grandes dificuldades com coisas de ordem política e divisões entre os fiéis de Roma.

Logo após a excomunhão de Lutero e da Reforma, a Igreja ainda tinha esperança de uma reconciliação, e assim, Paulo III idealizou a resolução desse impasse através da convocação de um concílio, sendo esta uma de suas mais importantes contribuições.

O Concílio de Trento foi uma convocação ecumênica para debater a reforma da Igreja e combater a ameaça constante dos protestantes, enfatizando os problemas que levaram à cisão da Igreja e sobre a renovação interna da mesma<sup>37</sup>. O concílio iniciou-se em 1545 e aconteceu na cidade de Trento, na Itália. O concílio desenvolveu-se mais precisamente em três fases: 1.<sup>a</sup> — 1545/1548; 2.<sup>a</sup> — 1551/1552; 3.<sup>a</sup> — 1562/1563, com uma parte das sessões decorrida em Bolonha, nos anos de 1547 e 1548. Não foram sessões independentes, mas sim três fases diferentes do mesmo concílio. A sessão mais importante foi a segunda, por causa da presença dos protestantes, pois “o imperador teria impedido a participação dos bispos alemães se o papa não admitisse também uma representação protestante”<sup>38</sup>. Mas, no fim, essa presença não teve muito efeito, pois “a incapacidade ou a indisponibilidade das duas partes para alcançarem um entendimento mínimo diz-nos quão profundo já era o abismo teológico dentre as duas partes”<sup>39</sup>. Porém, para a Igreja Católica, a terceira sessão foi a mais importante entre as três, pois conseguiram debater assuntos que não haviam sido discutidos nas primeiras sessões. Foram mantidas as doutrinas da transubstanciação<sup>40</sup>, a justificação pela fé e também pelas obras, os sete sacramentos, o celibato do clero, o Purgatório e a prática das indulgências, mas condenados os abusos na distribuição dessas indulgências.

Assim sendo, o concílio desiluiu os protestantes, eliminando qualquer possibilidade de reconciliação, reforma da Igreja e o retorno de sua unidade em um só corpo. Mas, apesar dessa impossibilidade, o concílio despertou a Igreja para os novos rumos da evangelização e novos espaços de campo para a Igreja, os quais foram abertos através das Grandes Navegações, promovidas principalmente por Portugal e Espanha, frente à descoberta de novas culturas para serem evangelizadas e à necessidade urgente de renovação da Igreja.

Dentre as diversas decisões do concílio, três merecem destaque, pois faziam parte do plano de ação da Igreja para frear os avanços do protestantismo e a perda de fiéis:

- 1) A Inquisição para punir os acusados de heresias;
- 2) A criação da Companhia de Jesus para catequização dos habitantes das terras descobertas;
- 3) A criação do "Index Librorum Prohibitorium", ou livros proibidos, para evitar a propagação das ideias que fossem contrárias à Igreja Católica.

---

<sup>37</sup> LINDER, 1995.

<sup>38</sup> LINDER, 1995, p. 416.

<sup>39</sup> LINDER, 1995, p. 416.

<sup>40</sup> Mudança duma substância em outra. Palavra adotada na Igreja Católica, sobretudo a partir da filosofia escolástica, para explicar a presença real de Jesus Cristo no sacramento da Eucaristia, pela mudança da substância do pão e do vinho na de seu corpo e de seu sangue.

Sobre a Companhia de Jesus falaremos na próxima sessão desse trabalho, aqui vamos nos ater aos outros dois pontos: o Index e a Inquisição.

A Inquisição ou Congregação do Santo Ofício não foi inventada nesse período, foi herdada das inquisições medievais que nasceram em 1542. Conforme a Reforma protestante foi se firmando, foi necessário utilizar alguns meios, e, assim, a Inquisição foi restaurada para suprimir tudo que ia contra a ortodoxia pontifical e enfrentar os hereges, os quais eram considerados “traidores de Deus e piores que os criminosos”<sup>41</sup>. Os inquisidores alegavam que se o Santo Ofício não conseguisse restituir as almas desgarradas deveriam erradicá-las antes que contaminassem outros com a mesma doença espiritual. A Inquisição tornou-se uma grande força eficaz contra a difusão da fé protestante, principalmente onde grande parte da população era católica. A Inquisição fez muitas vítimas, muitos foram para a fogueira e muitos foram torturados, como uma forma opressora de alcançar a conversão e assumir a culpabilidade, atingindo a todos que fossem considerados hereges ou que praticassem outra religião.

Nesse mesmo sentido, foi publicado o “Index Librorum Prohibitorum”, com a ideia de censura à imprensa e de deter as ideias da Reforma, através do qual o Papa Paulo IV, em 1559, estabeleceu o catálogo dos livros proibidos, obras consideradas hereges e maléficas aos fiéis, fazendo queimar milhares de livros proibidos.

### **Criação da Companhia de Jesus como consequência da Contra-Reforma**

Baumgartner<sup>42</sup> fala das duas estratégias utilizadas pela Igreja na tentativa de uma reconquista e de uma renovação católica, duas estratégias opostas, a reconquista pela violência através da Inquisição e do Index, que já abordamos acima, e a reconquista pela doçura através da Companhia de Jesus.

O contexto que isso ocorreu, resumidamente, foi na transição do século XIV para o século XV, quando a Igreja Católica, instituição símbolo da unidade cultural e religiosa e guardiã de valores cristãos, não consegue dar sustentação ideológica ao moderno mundo que estava emergindo dos escombros da sociedade medieval.

A Reforma Protestante foi um movimento religioso que mudou os rumos da sociedade na Europa. A unidade da fé e o monopólio da interpretação das Escrituras, até então sob o controle da Igreja Católica, foi rompido de forma definitiva. Lutero pretendia um retorno às origens do cristianismo, das quais, segundo ele, o clero católico teria se afastado ao longo dos mil anos da Idade Média.

Assim, nesse contexto foi criada a Companhia de Jesus em 1534, pelo militar espanhol Inácio de Loyola, a qual teve atuação destacada na propagação da fé católica e na luta contra os infiéis e hereges. Conhecidos como “soldados de Cristo”, os jesuítas espalharam-se pelo mundo, a fim de

---

<sup>41</sup> LINDER, 1995, p. 422.

<sup>42</sup> BAUMGARTNER, 2015, p. 231.

cumprir seu trabalho missionário. No início, após sua criação, o fundador colocou sua marca na nova ordem:

[...] absoluta e incondicional, de caráter militar, tornou-se o sinal distintivo da nova sociedade religiosa. Tornou-se famosa a expressão segundo a qual todos os membros da ordem deviam obedecer ao papa e ao superior-geral da ordem “como um cadáver”, isto é, sem por objeções.<sup>43</sup>

Como estratégia para atingir seus objetivos, a Companhia de Jesus optou pela criação de colégios, estabelecimentos voltados para a educação dos jovens dentro do ensino das primeiras letras e da doutrina cristã. Os professores jesuítas eram do Colégio Romano, fundado em 1550, “instituição-chave na propagação da Companhia, na medida em que esteve destinado à formação de professores para os distintos colégios”<sup>44</sup>. Esses professores eram encaminhados para a Ásia, América e África, onde prestavam os seus serviços religiosos e pedagógicos. A Companhia de Jesus iniciou assim – com a liderança de Manuel de Nóbrega – um período de grande atuação na sociedade colonial, com um legado que é até hoje percebido.

Assim, no ímpeto da missão e da propagação da fé católica, passaram a utilizar discursos tanto pedagógicos quanto religiosos, os quais “são retoricamente construídos, no sentido aristotélico, ou seja, visando persuadir pela verdade”, para que esses discursos se tornassem mais atrativos ao seu público<sup>45</sup>.

Para Aristóteles,

[...] uma forma de comunicação, uma ciência que se ocupa dos princípios e das técnicas de comunicação. Não de toda a comunicação, obviamente, mas daquelas que tem fins persuasivos. Não é, pois, fácil dar da retórica uma única definição. Quando dizemos que ela é a arte de falar bem e a arte de persuadir, a arte do discurso ornado e a arte do discurso eficaz, estamos simplesmente a tentar estabelecer a relação entre duas maneiras de definir a retórica, de ligar o ornamento e a eficácia, o agradável e o útil, o fundo e a forma.<sup>46</sup>

Sodré<sup>47</sup> afirma que até a sua expulsão do Brasil por decreto de Marquês de Pombal, a Companhia já possuía 25 residências, 36 missões e 17 colégios e seminários, sem contar com os colégios menores e escolas de ler e escrever, instaladas em quase todas as aldeias e povoações onde existiam casas da Companhia.

Os “soldados de Cristo” foram enviados ao Brasil juntamente com o governador-geral Tomé de Souza, o qual representava o rei português D. Manuel I, com o objetivo de expandir a fé cristã e o poderio de Roma através da conquista do maior número de seguidores e fiéis. Além desse objetivo,

<sup>43</sup> LINDER, 1995, 421.

<sup>44</sup> NOGUEIRA-RAMÍREZ, Carlos Ernesto. *Pedagogia e governamentalidade: ou da modernidade como uma sociedade educativa*. Belo Horizonte, São Paulo/Brasil: Autêntica, 2011, p. 72

<sup>45</sup> CARVALHO, Roberta Lobão. História e Retórica nas narrativas jesuítas no maranhão (Séc. XVII e XVIII). *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo: USP, 2011, p. 2.

<sup>46</sup> ARISTÓTELES. *Retórica*. Obras Completas de Aristóteles, Tomo I, Vol. VIII. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2005, pp. 24-25.

<sup>47</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *Síntese de História da Cultura Brasileira*. 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p. 27.

também intencionavam colonizar o Brasil – almejavam uma aliança entre a Igreja e o Estado português – a fim de defender, explorar e povoar a terra, pois dentro do projeto de colonização portuguesa estava intrínseca a disseminação da cultura “civilizatória” europeia entre colonos e índios. Nesse sentido, a Igreja tinha um papel fundamental para garantir uma unidade política através da fé uniformizada, a qual seria atingida com os esforços do árduo trabalho nos colégios, das missas e também através das pregações jesuíticas. A expansão da religião e da moral católica era, sem dúvidas, o principal objetivo dos aspectos culturais.

Nesse sentido, seus discursos e sermões eram o principal canal para alcançarem tais objetivos, mas, para isso, tais discursos não poderiam ser descontextualizados, pois “se a retórica é a arte de persuadir pelo discurso, é preciso ter em mente que o discurso não é e nunca foi um acontecimento isolado”<sup>48</sup>. Nessa mesma linha de pensamento, podemos entender a teoria narrativa de Paul Ricoeur, quando relaciona temporalidade, narratividade e historicidade, mostrando a relação existente entre a atividade de narrar e o caráter pessoal dessa experiência, pois “o tempo torna-se tempo humano na medida em que está articulado de modo narrativo, e a narrativa alcança sua significação plênaria quando se torna uma condição da existência temporal”<sup>49</sup>.

Nos primeiros anos de sua atuação no Brasil, a Companhia de Jesus voltou-se para a catequese e o ensino de ler e escrever para índios e filhos dos colonos que dividiam o mesmo espaço nos colégios. Os índios eram alvo de disputa entre os jesuítas, que queriam convertê-los ao cristianismo, e os colonos, que os escravizavam para a execução de trabalhos forçados. Tanto os jesuítas quanto os caçadores de escravos penetraram pelo interior da colônia portuguesa para capturá-los. Tendo em vista a dificuldade que enfrentavam para realizar a obra evangelizadora, criaram as chamadas missões. As missões eram espaços sob a administração da Companhia, onde os gentios, além de receberem a educação religiosa, aprendiam a viver sedentariamente em unidades individualizadas e a realizar trabalhos diversos. Os jesuítas passaram a controlar os índios e a substituir os hábitos considerados bárbaros (poligamia, o andar nu, antropofagia) por condutas mais civilizadas. Nas missões, os índios abriam mão de sua cultura original para receberem uma cultura totalmente estranha. Esse processo de aculturação vai tornar o índio mais dócil e fragilizado. A perda do hábito da guerra entre tribos, por exemplo, vai permitir que os aldeamentos indígenas passassem a ser presas fáceis para aqueles que se ocupavam em aprisioná-los e comercializá-los como escravos.

### **A Mudança na Missão Portuguesa com a criação da Companhia de Jesus**

De acordo com João Paulo Oliveira e Costa<sup>50</sup>, não existe um registo minucioso da trajetória da igreja lusitana e do padroado português, a par da documentação deixada falta ainda uma crítica da

---

<sup>48</sup> REBOUL, Olivier. *Introdução à Retórica*. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 33.

<sup>49</sup> RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa: a intriga e a narrativa histórica*. Vol. 1. São Paulo: Martins Fontes, 2010, p. 93.

<sup>50</sup> COSTA, João Paulo Oliveira e. A Diáspora Missionária. In: MARQUES, J. F.; GOUVEIA, A. C. (Coord.). *História Religiosa de Portugal*. Vol. 2: Humanismos e reformas. Lisboa: Círculo de Leitores/ Centro de Estudos de História Religiosa, 2000, pp. 255 – 313.

missão; porém, no que tange à historiografia da própria expansão portuguesa consta mais abundante. João Paulo Oliveira e Costa mostra que existe uma relação próxima entre a missão portuguesa e a expansão portuguesa, e sabe-se também que a questão religiosa consta como sendo um dos vetores das Grandes Navegações, através das iniciativas de caráter religioso para propagar a salvação de Cristo aos gentios, disseminando assim o cristianismo.

Essa inter-relação entre expansão e missão pode ser explícita pelo pressuposto básico de uma missão: sua missão social. Baêta Neves<sup>51</sup> fala a respeito desse pressuposto, quando afirma que essa dimensão da missão deve ser cumprida, e que “a missão é um tipo de abertura significativa que representa a reafirmação de uma vontade de inserção da Igreja em laços diferentes, maiores, profanos, sociais.” E continua indagando o porquê de não unir o sagrado ao profano, e que a consciência cristã assume o risco de uma ampliação do universo cristão, lançando-se fora de si. Afirma ainda que “a missão não quer conquistar territórios militarmente – ela geralmente utilizou-se de forças militares paralelas leigas, ou se transformou, ela mesma, em força militar [...] autônoma ou antagônica a objetivos profanos”.

A globalização não é um ato, mas sim um processo, pois está em constante progressão. Esse processo se efetivou de fato no século XX, mas pela sua definição, como um processo de integração entre sociedades e economias de diferentes países, é possível entender que esse processo começou justamente no período das grandes navegações, nos séculos XV e XVI, pois foi quando o mundo europeu teve contato com outros povos de outros continentes, e que “a expansão ocidental é, na realidade, bifronte” [...], pois “supõe uma incorporação territorial, além da incorporação espiritual”<sup>52</sup>.

Com isso, houve uma grande troca entre diversas sociedades, que até então estavam isoladas, o que antes da expansão ultramarina não teria sido possível, bem como “a inserção em assuntos seculares por parte de amplos setores da Igreja” [...] “de ordem filosófico-religiosa”, haja vista que “a missão pode ser visualizada como o ponto de interseção entre uma linha reta vertical vinda do alto (efetivamente do Alto) e uma superfície plana”, onde ocorre a alteração da superfície onde a missão pretende deixar suas marcas<sup>53</sup>.

Esse momento foi muito propício para a propagação do cristianismo diante da sua bandeira de universalização e de pregar o evangelho a todo mundo, se tornando a primeira religião de dimensão planetária, pois até então a cristandade vivia fechada, por conta da intolerância islâmica, mas ainda assim:

[...] enquanto a maioria das religiões da humanidade apresentaram um caráter local ou mesmo tribal, apenas três religiões demonstraram desde o começo constituir uma exceção e serem dominadas por uma concepção missionária e universalista: o Budismo, o Cristianismo e o Islamismo. No entanto, somente o Cristianismo conseguiu transformar-se numa religião universal, visto que o Budismo continua até hoje uma religião oriental e o Islamismo, apesar

<sup>51</sup> NEVES, Luiz Felipe Baêta. *O Combate dos Soldados de Cristo na Terra dos Papagaios: colonialismo e repressão cultural*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978, p. 27.

<sup>52</sup> NEVES, 1978, p. 28.

<sup>53</sup> NEVES, 1978, p. 29.

de ter-se espalhado a partir do Oriente Médio em várias direções – como a África, por exemplo –, não conseguiu atingir a abrangência alcançada pelo Cristianismo no mundo.<sup>54</sup>

Assim, vemos o papel primordial dos portugueses como pioneiros na expansão ultramarina, aproximando toda humanidade e iniciando o processo de propagação do evangelho. Essa associação entre a cristianização e a expansão lusa foi influenciada tanto pela evolução do cristianismo na Europa quanto pela sua evolução no expansionismo português.

A criação da Companhia de Jesus se deu numa “época em que o cristianismo se sentia ameaçado espiritual e territorialmente por forças inimigas – as da Reforma Protestante”, fato este que sucedeu a Contra-Reforma, que foi “um fenômeno especialmente europeu, visando manter [o catolicismo] *suas* áreas já católicas e reconquistar áreas perdidas para os protestantes”, [...] “tendo como inimigos centrais os hereges e não os pagãos”<sup>55</sup>.

Oliveira e Costa confirma a distinção de quatro conjunturas para este período: uma fase inicial, que decorreu até meados de Quinhentos, em que os cristãos, apesar de terem diante de si espaços novos, ainda atuavam de acordo com as concepções medievais; de meados do século XVI até ao final do primeiro quartel seiscentista decorreu uma fase particularmente rica, em que a diáspora do cristianismo se concretizou em moldes modernos, mas ainda numa associação íntima com os interesses da Expansão portuguesa; o resto do século XVII, que foram anos de intensa atividade missionária, mas condicionada pela ação dos novos impérios europeus e pela criação duma instituição independente dos sistemas de padroado das coroas ibéricas — a Congregação para a Propagação da Fé; e, finalmente, a segunda metade do século XVIII, que foi marcada pela atrofiação das missões, o que se desenhou de forma irreversível com a expulsão dos membros da Companhia de Jesus, a principal congregação missionária do Padroado Português, fato este que teve efeitos particularmente graves no Brasil.

Essa primeira fase que decorreu até meados de Quinhentos, não houve de fato uma evangelização sistemática, pois não verificou-se uma partida imediata de clérigos para o espaço ultramarino. Nesse sentido, podemos enfatizar a oposição das ordens missionárias às ordens monacais em suas respectivas relações com o mundo, apesar de ambas se identificarem como pertencentes à Igreja de Cristo. Baêta Neves mostra bem essa verdade quando diz que

Os mosteiros querem para si seus monges. Não pretendem sua dispersão geográfica; seus limites são os das paredes da cela e do convento. O monge – e é claro que falo dos contemplativos – pretende a salvação do mundo não por inserção sua *nele*, mas por um reforçamento da mediação que o monge representa entre o mundo secular e o mundo superior. [...] Ele espera que o “mundo” chegue até a religião, à fé em Deus, mas ele não vê como tarefa sua ir até o “mundo”, convencê-lo da verdade. [...] Mas seu conhecimento, seu saber não tem por que se difundir alhures. Sua fala é consigo mesmo e é, também, um monólogo [...].<sup>56</sup>

<sup>54</sup> MELLO, Marcia Eliane Alves de Souza e. *Fé e Império: as juntas das missões nas conquistas portuguesas*. Manaus: EDUA, 2007, p. 31.

<sup>55</sup> NEVES, 1978, p. 71.

<sup>56</sup> NEVES, 1978, p. 26.

Muitos dos que viajavam tinham a consciência da possibilidade de propagação do evangelho, mas a concepção ainda era medievalista, sendo vista como função dos oficiais, por conta da necessária catequização. Por conta também do grande contato com o islã, pensavam ser possível somente através das armas alargar o território da igreja, pois não se via mais tentativas de evangelização pacífica:

Cercada pelos muçulmanos, a cristandade europeia viu-se nos finais da Idade Média isolada do resto do mundo, o que tornava impossível a continuidade das missões no Oriente, bem como a evangelização pacífica. Restava apenas a via militar para a propagação da Fé no mundo conhecido, difundindo-se a ideia de que só com a substituição da autoridade política islâmica por uma cristã as populações desses territórios poderiam ser convertidas. Praticamente cessaram as atividades missionárias, que só voltariam a encontrar condições propícias no século XV, com a expansão ultramarina.<sup>57</sup>

O reconhecimento dos territórios ultramarinos era também fruto da genuína ambição de descoberta e aventura, pensando ser isso uma hipótese para também propagar o evangelho, mas com a ideia de alargar o cristianismo pela guerra. Nesse sentido, surge um desafio à cristandade: a perda de territórios tradicionais através da Reforma e a conquista de novos territórios através dos Descobrimientos<sup>58</sup>. Esse mesmo autor continua dizendo que as ideologias cristãs puderam então “idealizar novos espaços, novas sociedades, novos tempos”, podendo então se misturar de duas formas para encontrarem esses novos espaços:

Uma seria como coadjuvante mais ou menos ativa das expedições, do imaginário ou concretas, que partiam de portos profanos; a outra seria como agente principal de uma viagem que deveria encontrar fisicamente não apenas o ouro e perfeição social mas, sim, o Paraíso Terrestre, que não seria uma imagem bíblica ou algo que já teria fenecido. O Paraíso Terrestre permanecia existindo em algum lugar *terreno* que o homem poderia atingir, ao qual poderia ser de novo alçado, agora já sem perigo de quedas tão dolorosas.<sup>59</sup>

Com isso, até meados de Quinhentos, pensava-se que a evangelização para acontecer não necessitava de pessoas separadas para essa função. Não se tem notícia de clérigos nas embarcações das navegações, somente temos notícia do envio de um clérigo para um chefe africano em 1458, mas não se sabe o resultado dessa empreitada:

A ação missionária no primeiro século de expansão desenvolveu-se lentamente e com poucos resultados, em vivo contraste com o tão alardeado desejo de dilatar a Fé na época dos Descobrimientos, o qual não pode ser confundido com o que na atualidade denominamos “espírito missionário”. Predominava a concepção de que a evangelização não teria efeito sem uma submissão política prévia, bem como a compreensão de que a propagação do Cristianismo ocorreria como uma ação natural. Assim, não se entendia que para evangelizar fosse necessário o envio de pessoal especializado, podendo ser assumida a tarefa por outras pessoas com atividade diferente da eclesiástica.<sup>60</sup>

No que tange à separação para a função dos clérigos enviados, Baêta Neves explica que os jesuítas “são essencialmente pedagogos”, mas também não se afirma com isso que “eram apenas aplicados pedagogos e professores que aceitaram formas violentas aplicadas por leigos”, mas também

<sup>57</sup> MELLO, 2007, p. 37-38.

<sup>58</sup> NEVES, 1978, p. 30.

<sup>59</sup> NEVES, 1978, p. 71.

<sup>60</sup> MELLO, 2007, p. 37-40

não se pode afirmar o oposto, que “os jesuítas eram soldados que eventualmente vestiam batina”<sup>61</sup>. Assim, pode-se ver que “os jesuítas não são nem mansos professores que vieram ensinar a civilização ao Brasil, nem são sanguinários guerreiros colonialistas”. Essas duas posições opostas são falsas: “a primeira projeta no passado métodos que seriam nossos contemporâneos e esquece que poder e violência não são coisas alheias à pedagogia [...]; e a segunda projeta no passado uma imagem de um passado ainda mais longínquo, confundindo a Companhia de Jesus com as ordens militares”.

A Santa Sé começou a intervir desde cedo na evangelização, emitindo uma bula papal autorizando o Infante D. Henrique a ser o responsável espiritual dos povoamentos que não tivessem bispo.

As primeiras mudanças ocorreram no reinado de D. João II, iniciou-se uma transição entre as formas antigas de pensamento e as atuações modernas, quando os primeiros religiosos foram enviados para a costa africana, mas somente onde tivessem soberanos convertidos ou inclinados a fazê-lo. Mas, na realidade, a iniciativa não era somente evangelizar, mas sim, doutrinar populações subordinadas a reis cristãos. Por conta disso, muitos clérigos voltavam, porque percebiam que não eram verdadeiramente missionários. Muitos soberanos escreviam reclamando das condutas imorais dos clérigos e falta de formação sólida doutrinária.

Vemos, assim, que o período correspondente aos reinados de D. João II e de D. Manuel I marca nitidamente uma fase de transição, em que se começa a delinear novos tipos de intervenção, mas ainda subordinados ao modelo tradicional de dilatação da Cristandade. Quer isto dizer que, no campo da evangelização dos povos ultramarinos, "houve uma continuidade entre as políticas do *Príncipe Perfeito* e do *Venturoso*"<sup>62</sup>.

Na segunda fase, de meados do século XVI até ao final do primeiro quartel seiscentista decorreu uma fase particularmente rica, em que a diáspora do cristianismo concretizou-se em moldes modernos, mas ainda numa associação íntima com os interesses da Expansão portuguesa.

Começa um novo modelo de evangelização, uma fase de transição, mas ainda sem força para romper com o monopólio luso-espanhol. Um novo surto missionário renovou a vida religiosa europeia, estendendo-se até as paragens ultramarinas, com mudanças sentidas rapidamente sob a influência do império português.

Nesse ponto, onde a evangelização se dá diretamente na ação propriamente dita, podemos fazer menção do conceito de intriga em Paul Ricoeur, onde afirma que “a intriga é a representação da ação”, e, assim

Essa equivalência exclui em primeiro lugar qualquer interpretação da *mimesis* de Aristóteles em termo de cópia, de réplica ao idêntico. A imitação ou a representação é uma atividade mimética na medida em que produz algo, ou seja, precisamente o agenciamento dos fatos pela composição da intriga. [...] Conservemos de Platão o sentido metafísico dado à *mimesis*,

<sup>61</sup> NEVES, 1978, p. 70-71.

<sup>62</sup> COSTA, 2000, p. 300.

ligado ao conceito de participação, em virtude do qual as coisas imitam as ideias e as obras de arte imitam as coisas.<sup>63</sup>

Um dos maiores sinais do movimento reformista foi a fundação da Companhia de Jesus em 1540, a qual logo estreitou relação com a Coroa, influenciando os territórios ultramarinos nos próximos três séculos, a qual

“foi fundada para difundir a Palavra especialmente a povos que não A conheciam – e por meio de uma socialização prolongada. Dirigem-se à homens que não são, portanto, iguais a si – e quer transformá-los para incorporá-los à cristandade”.<sup>64</sup>

Essa missão chamou a atenção das outras ordens religiosas, o que despertou para a importância dos clérigos serem pessoas especializadas que pudessem se dedicar somente a essa tarefa.

Com o objetivo de combater o protestantismo, a Companhia de Jesus – a maior ordem religiosa católica, atuou para que este não prevalecesse frente à Igreja Católica. Mas, para isso, era necessário um controle espiritual e temporal ao mesmo tempo sobre os indígenas evangelizados. Isso implicava que seus discursos e narrativas religiosas fossem convincentes, e, assim, relacionar os fatos narrados na Bíblia com os fatos reais da vida cotidiana, e, ainda, conceber expectativas ao futuro. Nesse sentido, lembramo-nos da aporia do ser e do não ser do tempo de Ricoeur: “Como pode o tempo ser, se o passado já não é, se o futuro ainda não é e se presente não é sempre?”<sup>65</sup>. Afinal, os jesuítas proclamavam seus discursos observando a história e o tempo, e não o faziam apenas com a intenção de deixá-los registrados, mas de modo a modificar seus leitores/ouvintes.

Assim, para Ricoeur, o ato de narrar permite olhar o passado, e, através dele, projetar o futuro:

Em nome de que se pode proferir a legitimidade de o passado e o futuro serem de algum modo? Ainda uma vez, em nome do que dizemos e fazemos a respeito deles. Ora, que dizemos e fazemos a esse respeito? Narramos coisas que consideramos verdadeiras e predizemos acontecimentos que ocorrem tal como os antecipamos. Portanto, é ainda a linguagem, assim como a experiência e a ação que ela articula, que aguentam firme contra o assalto dos cétricos. Ora, predizer é prever e narrar é “discernir pelo espírito”.<sup>66</sup>

Esta dinâmica foi acompanhada por um intenso esforço de acomodação cultural por parte de alguns dos missionários, que foi depois aprovado e oficializado por Alexandre Valignano. Isolados num território longínquo, desprotegidos, os religiosos foram mais estimulados a integrarem-se na sociedade local. Os missionários estavam pouco motivados a familiarizarem-se com as culturas locais, por isso, a missão confundia-se com europeização forçada dos neófitos, agindo diferentemente em cada situação. Baêta Neves<sup>67</sup> fala que, em determinado momento da história do cristianismo o latim se sacralizou à medida que morreu como idioma vivo, passa então de profana a sagrada, com propriedade de quem as proferem no silêncio dos mosteiros, pois “o saber é sinônimo

<sup>63</sup> RICOEUR, 2010, p. 61.

<sup>64</sup> NEVES, 1978, p. 45.

<sup>65</sup> RICOEUR, 2010, p. 17.

<sup>66</sup> RICOEUR, 2010, p. 21.

<sup>67</sup> NEVES, 1978, p. 34.

de saber decifrar o código Divino e o latim é seu acesso privilegiado”. Mas esse autor também mostra outra vertente sobre a língua, pois destaca que, se buscassem uma “conversão permanente”, precisavam se comunicar nas línguas locais profanas para que a missão não fracassasse, “já que percebiam a ineficácia da Língua Sagrada”. Embora menosprezassem as línguas profanas precisavam entendê-las, mesmo que de forma precária.

É importante salientar a forma como a missão jesuítica via os homens que educariam, que, em princípio, era o *indígena*. Contudo, o índio era visto como parte de um grupo homogêneo, sem diferenças raciais, culturais ou outro traço qualquer. Eles eram vistos como uma parte de uma coleção de indivíduos sem especificidade individual ou sem sentido de pluralidade. No caso do colonizador português representado nessas missões pelos jesuítas, esse coletivo se denominava *gentios*<sup>68</sup>. Os europeus se consideravam civilizados e superiores diante do *indígena*, “[...] os índios brasileiros conhecidos estavam ao nível dos caçadores e pescadores recoletores da Idade da Pedra. As apreciações sobre os territórios e as populações autóctones manifestam o universo cultural europeu e demonstram um forte desconhecimento dos valores das populações locais”<sup>69</sup>. Eram identificados com grande nota de exotismo ao nível de povos estáticos e imutáveis, com papel passivo na evolução civilizacional, vistos como selvagens e até antropófagos<sup>70,71</sup>. Porém, apesar de tolerarem alguns costumes, o modo de vida dos índios foi alterado pelas missões, e a conversão e sedentarização acabou por se tornarem tarefas difíceis, pois se perceberam “que os índios não eram folhas de papel branco onde tudo se podia inscrever”<sup>72</sup>.

Dessa forma, não há como negar que um discurso visto como a arte de persuadir, que já falamos acima, “não é e nunca foi um acontecimento isolado”<sup>73</sup>, pois será influenciado pelo contexto em que está inserido<sup>74</sup>.

Para Azevedo, Pinto e Lopes,

[...] discurso é o uso da linguagem no relacionamento social, um enunciado irrepitível, único, que ocorre num espaço e num tempo determinados, pressupõe um saber compartilhado (conjunto de conhecimentos, valores, crenças...), se insere num contexto situacional.<sup>75</sup>

Ao comunicarmos em sociedade, há um conjunto de fatores que permitem que aquilo que dizemos seja entendido, como o emissor / locutor e também o receptor que pode ser ouvinte ou interlocutor. No caso dos discursos missionários dos jesuítas, temos o locutor – os próprios – que

<sup>68</sup> NEVES, 1978, p. 45-46.

<sup>69</sup> MANSO, Maria de Deus Beites. *História da Companhia de Jesus em Portugal*. Lisboa: Edições Parsifal, 2016, p. 155.

<sup>70</sup> Diz-se daquele que come carne humana ou canibal

<sup>71</sup> MANSO, 2016, p. 156.

<sup>72</sup> MANSO, 2016, p. 159.

<sup>73</sup> REBOUL, 2004, p. 30.

<sup>74</sup> CARVALHO, 2011.

<sup>75</sup> AZEVEDO, M. Olga; PINTO, M. Isabel Freitas M.; LOPES, M. Carmo Azeredo. *Da Comunicação à Expressão: Gramática Prática de Português* (3. Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário). Lisboa: Raiz, 2006, p. 32.

eram os responsáveis pelos atos da fala, e os ouvintes, que captam as palavras, porém, não interagem com os mesmos – os nativos/índios.<sup>76</sup>

Mesmo que o receptor seja apenas ouvinte, ou seja, não interaja com o interlocutor, sua participação não é considerada nula, mas ele influencia e condiciona o ato da fala e comunicação do locutor, pois a fala se concretiza com palavras e expressões que variam de acordo com quem ouve a fala, mesmo que este se encontre a distância como que assistindo à uma palestra ou conferência – importância social/ contexto situacional.<sup>77</sup>

Tais discursos, enquanto discurso também político, tinham como finalidade propagar suas ideias ideológicas e persuadir seu público a aderi-las. Fato é que estavam implicadas nesse contexto as relações de poder que se opunham, pois “a existência de relações de força entre grupos já faz que a ação política seja repleta de estratégias discursivas, que possibilitam encaminhamentos de olhares, julgamentos e autopromoções” e “os próprios políticos têm a consciência da importância do discurso para esses mesmos propósitos”<sup>78</sup>.

Palumbo também assinala a questão intrínseca da natureza humana em ser, conforme Aristóteles, um ser político, o qual, através dessa característica se carrega de propósitos:

Para Aristóteles, a natureza humana caracteriza-se pelo viver em sociedade (polis) e pela capacidade de relacionar-se uns com os outros por meio da linguagem. O filósofo assinala que o ser humano é um animal político e, por tal razão, seu comportamento linguístico-social não é isento de propósito. Assim, uma vez que o discurso é prática social, ele carrega em si atitudes de construir relações sociais específicas, de obter poder e controle; ações inerentes à vida em sociedade.<sup>79</sup>

Podemos assim definir bem o objetivo dos jesuítas:

[...] os padres da ordem de Santo Inácio não querem reconquistar lugares santos ou lançar palavras que durem apenas enquanto durar a presença do orador. Os jesuítas vieram conquistar não uma terra sagrada; vieram construir a cidade de Deus num espaço que não O conhecia. E não apenas construir, mas velar continuamente pela preservação dos resultados de sua tarefa. Este projeto missionário tinha uma ideologia antes que se conhecesse pessoalmente o Brasil.<sup>80</sup>

A referida catequese tinha como objetivo “fazer com que esta terra brasileira, amorfada como seus habitantes, tenha um corpo e um espírito que sejam os mais próximos possíveis daqueles que são os mais próximos de Deus: os cristãos europeus”<sup>81</sup>, através de um discurso autocentrado e ideológico, pois se baseia num saber com centros, sujeitos e objetos em si mesmos padronizados

<sup>76</sup> AZEVEDO; PINTO; LOPES, 2006.

<sup>77</sup> Contexto situacional constitui todos os elementos que, de algum modo ou de outro, interferem no ato da comunicação. Já a importância social dos interlocutores/ ouvintes interfere nas palavras que serão proferidas. Cf. AZEVEDO; PINTO; LOPES, 2006.

<sup>78</sup> PALUMBO, Renata. *Referenciação, metáfora e argumentação no discurso presidencial* (Produção Acadêmica Premiada). São Paulo: FFLCH/USP, 2014, p. 55.

<sup>79</sup> PALUMBO, 2014, p. 56.

<sup>80</sup> NEVES, 1978, p. 157.

<sup>81</sup> NEVES, 1978, p. 159.

como concretos e adequados sem admitir questionamentos: “tenho a verdade porque sou Europeu porque sou Cristão porque tenho a Verdade”<sup>82</sup>.

Na terceira conjuntura, no resto do século XVII, foram anos de intensa atividade missionária, mas condicionada pela ação dos novos impérios europeus e pela criação de uma instituição independente dos sistemas de padroado das coroas ibéricas — a Congregação para a Propagação da Fé.

Esse período foi assaz difícil e conturbado, com intrigas, corrupção no império e desorganização militar, com grandes monopólios do Estado e a repressão dos cristãos-novos que impedia o desenvolvimento de uma burguesia mercantil rica e numerosa. Com isso, escapou à Coroa a exclusividade da missão em inúmeros territórios que os pertenciam por jurisdição, mas que não estavam presentes. A perda de territórios afetou o labor apostólico, pois perdiam o apoio dos oficiais da Coroa, com recuos e supressão de algumas missões, mas ainda assim houve um aumento no número global de fiéis. Baêta Neves<sup>83</sup> mostra que, apesar das dificuldades, com o decorrer da colonização e do trabalho de catequese “começam a aparecer os primeiros resultados positivos” [...], pois “alguns “índios” ou “tribos” inteiras parecem se converter ao catolicismo”. Apesar dessa conversão, sabe-se que os gentios, mesmo após convertidos, muitos mantinham costumes de suas crenças antigas. O autor ainda destaca que, mesmo após convertidos, os índios não perdiam sua denominação de origem, apenas muda o foco, passam a serem chamados de “índios convertidos”, por dois motivos: “1) Chamar a atenção para a conversão mesma; 2) Valorar positivamente o católico de origem”. Esses adjetivos discriminatórios pressupõem que alguém doou uma verdade que já possuía anteriormente, sendo então o nascimento (em Cristo) “um elemento marcadamente cultural”, que pressupõe também “uma antecedência e uma sucessão que dá ao cristianismo a forma de uma grande família, de uma linhagem que deve se reproduzir naturalmente”, sendo assim o batismo uma marca de reafirmação desse novo nascimento<sup>84</sup>:

Enquanto a fé e lei de Deus em nome de Cristo  
forem reverenciados neste hemisfério austral,  
os sucessores que empunhalarem teu bastão glorioso  
seguirão tua trilha sem arredar um passo [...].<sup>85</sup>

No entanto, a centúria seiscentista não pode ser vista apenas como um período de recuo das missões do Padroado Português, pois as muitas dificuldades foram acompanhadas de significativos avanços, principalmente no interior da China, em várias regiões da península indochinesa, em Timor e em Madurai, além do grande crescimento da missão brasileira e dos esforços contínuos realizados no quase impenetrável continente africano. Nos séculos XVII e XVIII, o Brasil foi o foco do império português até a foz do Amazonas e costa entre Recife e Belém, enquanto ocorriam recuos no Índico e na América do Sul.

<sup>82</sup> NEVES, 1978, p. 163.

<sup>83</sup> NEVES, 1978, p. 61.

<sup>84</sup> NEVES, 1978, p. 62.

<sup>85</sup> ANCHIETA, 1970, p. 53 *apud* NEVES, 1978, p. 63.

O Brasil assentou-se como uma matriz cristã com a criação de ordens religiosas e novas dioceses, crescendo também o número de jesuítas. Na Ásia também teve bons resultados, e na Índia, apesar do recuo, também avançou em algumas regiões. Difundiu-se também na parte oriental do Timor e no interior do Celeste Império.

A partir de 1633, o monopólio do padroado português começou a ser desrespeitado pelos religiosos de Manila, descambando numa infundável controvérsia missiológica celebrada com a “querela dos ritos” – com a adoção de comportamentos próximos dos hábitos naturais dos nativos, o que nunca foi unanimidade no seio da instituição.

A segunda metade do século XVIII foi marcada pela atrofia das missões, o que se desenhou de forma irreversível com a expulsão dos membros da Companhia de Jesus, a principal congregação missionária do Padroado Português, que teve efeitos particularmente graves no Brasil. Esse período foi marcado por grandes dificuldades de intervenção pela Igreja, na Europa também havia sinais de crise, recuo das missões no Extremo Oriente, reduzindo consideravelmente o padroado português. Limitações também na criação do bispado de Tonquim, onde persistia a maior cristandade oriental, e, no Brasil o trabalho prosseguiu em bom ritmo, com a colônia em pleno crescimento.

Porém, a situação mudou com a chegada de Marquês de Pombal, que chegou decidido a impor um regime autoritário e centralizador. A execução do Tratado de Madri foi muito dificultada pela resistência passiva e ativa dos índios, demonstrando a capacidade de resistência e a força que os jesuítas possuíam. Sendo assim, isso um pretexto para os governantes expulsarem a instituição que julgavam demasiada autônoma. Essa ação refletiu por todo império, afetando o que restava das missões. Durante mais de um século, a evangelização tornar-se-ia numa atividade secundária, no contexto dos espaços ultramarinos sob influência de Portugal.

### **Considerações finais**

O período da passagem da Idade Média para a Idade Moderna foi constituído de momentos de transformações no mundo, entre elas as Grandes Navegações, o Renascimento, a Reforma Religiosa, o Absolutismo e o Iluminismo, com a transformação do homem submisso para o homem crítico.

Todas essas transformações aliadas às corrupções que ocorreram dentro da Igreja Católica como abuso de poder, comercialização da fé e venda de indulgências ocasionaram a Reforma Protestante. Tudo isso levou o monge Martinho Lutero a externar à sociedade e à Igreja as mudanças vistas como necessárias dentro da Igreja para que esta se voltasse aos seus princípios que há muito não eram mais seu foco, mostrando que a Igreja deveria pregar a verdade contida nas Escrituras acima de qualquer tradição e seus princípios como as leis de Deus para todo homem.

Com o objetivo de corrigir os erros da Igreja e retomar sua unidade, a Igreja Católica iniciou o processo que ficou conhecido como Contra-Reforma. Assim, o papa convocou o Concílio de Trento para debater a reforma da Igreja e a ameaça de perda dos fiéis ao protestantismo. Porém, as esperanças que ainda restavam de um retorno à unidade logo desapareceram, pois com as decisões da Igreja em

manter diversos dogmas logo confirmaram a impossibilidade de um entendimento entre ambos os lados, confirmando o abismo teológico exposto por Lutero entre protestantes e a Igreja Católica.

Com isso, houve uma grande mudança no processo de missão, o espaço até então conhecido para se fazer missão e propagar a fé cristã passou a ser muito maior após as descobertas das terras do Novo Mundo, pois através dessas descobertas houve também uma troca de conhecimentos entre essas sociedades, tornando-se um momento propício para a propagação do cristianismo. Houve também mudanças na narrativa missionária através dos discursos proferidos pelos jesuítas, para que, através destes discursos convincentes e retoricamente construídos, pudessem combater o protestantismo. E, para isso, seus discursos deveriam ser convincentes e coerentes com as narrativas da Bíblia, para que conseguissem fazer uma expectativa ao futuro, sempre observando os fatos históricos, e que passassem como verdadeiras suas narrativas.

Concluindo, de fato houve uma transformação na missão portuguesa devido ao impacto da reforma protestante, tendo em vista que a mesma provocou uma ruptura no seio da Igreja. E diante da perda de fiéis era necessário mudar os moldes dessa missão atrelada aos marinheiros descobridores, a qual era efetivada sem o menor preparo. Com a criação da companhia de Jesus por Santo Inácio de Loyola e os soldados de Cristo essa missão passa a ser feita por pessoas bem preparadas que se espalharam pelo mundo – África, América, e Ásia – difundindo o evangelho através de diferentes técnicas. Mas, nunca foi possível reverter esse processo de quebra de união, pois o que a Reforma fez foi multiplicar o Cristianismo, tendo a Igreja Católica dado prosseguimento ao seu processo de missão independente do protestantismo, mostrando que a pregação da palavra é indispensável para tal:

*Preaching is indispensable to Christianity. Without preaching a necessary part of its authenticity has been lost. For Christianity is, in its very essence, a religion of the word of God. No attempt to understand Christianity can succeed which overlooks or denies the truth that the living God has taken the initiative to reveal himself savingly to fallen humanity; or that his self-revelation has been given by the most straightforward means of communication known to us, namely by a word and words; or that he calls upon those who have heard his word to speak it to others.*(STOTT, 1982, p. 15)<sup>86</sup>

---

<sup>86</sup> A pregação é indispensável para o cristianismo. Sem pregação uma parte necessária da sua autenticidade pode ser perdida. Pois o cristianismo é, em sua essência, uma religião da Palavra de Deus. Nenhuma tentativa de compreender o cristianismo pode ter sucesso, que deixa passar ou nega a verdade de que o Deus vivo tomou a iniciativa de revelar-se salvificamente à humanidade caída; ou que sua auto-revelação foi dada pelos meios mais diretos de comunicação conhecidos por nós, ou seja, por uma palavra e palavras; ou que ele chama aqueles que ouviram a sua palavra para falar a outros. Cf. STOTT, John R. W. *Between Two Worlds*. London: Eerdmans, 1982, p. 15, tradução nossa.

## Referências

- ALMEIDA, Dimas de. As 95 teses de Martinho Lutero: Controvérsia em torno da questão das Indulgências. *Cadernos de Ciência das Religiões – Universidade Lusófona*, N. 15, out 2008, pp. 1-38.
- ANCHIETA, José de. *Feitos de Mem de Sá*. São Paulo: Ministério da Educação e Cultura, 1970.
- ARISTÓTELES. *Retórica*. Obras Completas de Aristóteles, Tomo I, Vol. VIII. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2005.
- AZEVEDO, M. Olga; PINTO, M. Isabel Freitas M.; LOPES, M. Carmo Azeredo. *Da Comunicação à Expressão: Gramática Prática de Português* (3. Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário). Lisboa: Raiz, 2006.
- BAUMGARTNER, Mireille. *A Igreja no Ocidente: das origens às reformas do século XVI*. Lisboa: Edições 70, 2015.
- CARVALHO, Carlos Alberto. A tríplice mimese de Paul Ricouer como fundamento para o processo de mediação jornalística. *Anais do XIX Encontro da Compós*. Rio de Janeiro: PUC-RJ, 2010.
- CARVALHO, Roberta Lobão. História e Retórica nas narrativas jesuíticas no maranhão (Séc. XVII e XVIII). *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo: USP, 2011.
- CHADWICK, Owen. *A Reforma*. Lisboa: Ulisseia, 1996.
- COSTA, João Paulo Oliveira e. A Diáspora Missionária. In: MARQUES, J. F.; GOUVEIA, A. C. (Coord.). *História Religiosa de Portugal*. Vol. 2: Humanismos e reformas. Lisboa: Círculo de Leitores/ Centro de Estudos de História Religiosa, 2000, pp. 255 – 313.
- DOWLEY, Tim (Org.). *História do Cristianismo - Guia Ilustrado*. Tradução de Artur Guerra & Cristina Rodriguez. Lisboa: Bertrand, 1995.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1995.
- GARCIA, José Manuel. *Dicionário essencial de História de Portugal*. Lisboa: Editora Presença, 2010.
- LUTERO, Martinho. *As 95 teses*. Acedido de <http://www.wdl.org/pt/item/7497/>, em: 01 jun. 2015.
- MANSO, Maria de Deus Beites. *História da Companhia de Jesus em Portugal*. Lisboa: Edições Parsifal, 2016.
- MELLO, Marcia Eliane Alves de Souza e. *Fé e Império: as juntas das missões nas conquistas portuguesas*. Manaus: EDUA, 2007.
- MOSCATELI, Renato. A narrativa histórica em debate: algumas perspectivas. *Revista Uratágua – revista acadêmica multidisciplinas (CESIN-MT/DCS/UEM)*, n. 6, abr./jul. 2000.

NEVES, Luiz Felipe Baêta. *O Combate dos Soldados de Cristo na Terra dos Papagaios: colonialismo e repressão cultural*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.

NOGUEIRA-RAMÍREZ, Carlos Ernesto. *Pedagogia e governamentalidade: ou da modernidade como uma sociedade educativa*. Belo Horizonte, São Paulo/Brasil: Autêntica, 2011.

PALUMBO, Renata. *Referenciação, metáfora e argumentação no discurso presidencial* (Produção Acadêmica Premiada). São Paulo: FFLCH/USP, 2014.

PIERRAD, Pierre. *História da Igreja Católica*. Tradução de Serafim Ferreira. Lisboa: Planeta EditorA, 1992.

REBOUL, Olivier. *Introdução à Retórica*. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa: a intriga e a narrativa histórica*. Vol. 1. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Síntese de História da Cultura Brasileira*. 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

STOTT, John R. W. *Between Two Worlds*. London: Eerdmans, 1982.